

✓

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
CAMPUS V  
CURSO DE PEDAGOGIA  
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SUPERVISÃO ESCOLAR  
ESCOLA ESTADUAL DE 1º GRAU PEDRO AMÉRICO  
DIRETORA: EDNA MARLOVA CARTAXO  
ALUNA ESTAGIÁRIA: BÁRBARA MARIA FERNANDES  
PROFESSORA ORIENTADORA DO ESTÁGIO: MARIA ELIZABETE GUAL  
BERTO DUARTE

CAJAZEIRAS, 09 de dezembro de 1986.



ÍNDICE

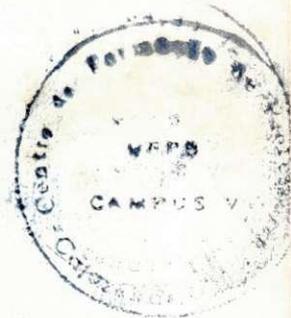
OBJETIVO GERAL .....	01
PENSAMENTO .....	02
DEDICATÓRIA .....	03
APRESENTAÇÃO .....	04
INTRODUÇÃO .....	05
DESENVOLVIMENTO .....	06
CONCLUSÃO .....	07
ANEXOS .....	08
BIBLIOGRAFIA .....	09

✓

OBJETIVO GERAL



Proporcionar as estagiárias uma visão geral de uma entidade escolar, para junto com a teoria adquirida, haja interrelacionamento entre discentes docentes e comunidade na aplicação dos princípios básicos de supervisão, para melhoria do processo educativo, criando assim, condições para uma responsabilidade social e uma solidariedade contínua, animada por situações concretas que como consequência, a formação de uma nova mentalidade, com a qual conviverão no decorrer de sua futura vida profissional.



## PENSAMENTO

Quando se corrige um adulto, é porque a escola que ele frequentou estava no âmago da obscuridade, não ensinou, não educou, simplesmente subiu o degrau da decadência, transportando a utopia e sobrecarregando o futuro da nação.

Manoel Gomes de Sousa

Filho natural de Antenor Navarro, (Não editou livro).



DEDICATÓRIA

Aos meus amados pais, de quem sou vida e cora-  
ção.

Aos nossos mestres, luzes em nossa caminhada.  
A amizade dos meus irmãos e amigos.

A vocês todos que incentivaram-me, compreende-  
ram-me e sacrificaram por mim à vocês, as puras alegrias'  
desta vitória.



✓

Relatório das atividades desenvolvidas durante  
o período de estágio supervisionado em Supervisão Escolar  
referente ao ano de 1986.2.

✓

## INTRODUÇÃO



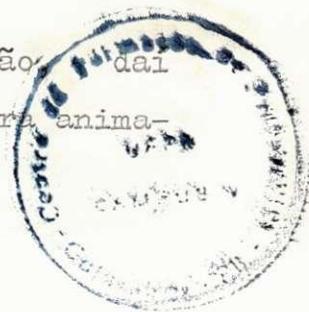
Este relatório fundamenta-se nas experiências vivenciadas na Escola Estadual de 1º Grau Pedro Américo. No cumprimento das tarefas correspondentes ao estágio em Supervisão Escolar, quando tivemos a oportunidade de trocarmos experiências com aquelas pessoas com quem nos relacionamos.

O objetivo principal do nosso trabalho, foi incentivar a comunidade escolar ou seja administrador, professores e alunos, a participarem no processo educativo, através de uma busca consciente pelo direito a educação sendo que a participação seja a principal meta para se poder agir, daí a metodologia aplicada e a fazer, pois é praticando que se aprende, ou seja, a teoria dentro da prática.

As propostas de trabalho foram: técnicas aplicadas como: (testes de cinco minutos, cadeira vazia), rabisco no papel, brincadeiras de jogo, histórias, dramatização, dança, trabalho de colagem, técnicas de lencinho de cores, como também discussões em plenária, conversas informais com os discentes e docentes e passeios com as crianças.

A metodologia aplicada serviu de estímulo aos docentes e discentes, pois a nossa educação para haver realmente uma transformação, precisa da força, da espontaneidade trazida pelos orientadores, através de pesquisas,

✓  
novas indagações vinda das leituras e participação  
a escência e o valor da coragem e do agir que gera anima-  
ção e melhoria no processo ensino-aprendizagem.



✓

DESENVOLVIMENTO



O Estágio Supervisionado de Supervisão Escolar, iniciou oportunizando as observações na 1ª série e Pré-Escolar, atuação nas salas de aula, como especialista em educação procurando atender as necessidades dos docentes e discentes da referida Escola. É importante ressaltar que nesses trabalhos desenvolveram-se ainda atividades que, serviram de orientação para os professores a fim de enriquecer os conhecimentos através de debates, como: "A Constituinte", "O Projeto GERES", Grupo Executivo de Reformulação do Ensino Superior, textos: "Desafio aos Educadores", "Escola Sem Muro" "O Professor como pessoa. Estes debates foram importantes devido a participação e a troca de idéias, a expansão, a comunicação, desperta no diálogo e a integração, que foi contribuição para chegarmos a uma conquista.

O valor que as mensagens trazem em busca de direitos a educação, o direito de aprender.

No primeiro momento, aperfeiçoamento do nível de leitura da 1ª série.

Reconhecer através de tipos de leitura destacado nos jornais ou livros que não fosse a cartilha.

No Pré-Escolar o objetivo de reconhecer a integração de professores e alunos, a observação das aulas e a metodologia aplicada, através de textos e diálogo, técnicas, livros, textos etc.

✓  
O planejamento dos professores foi acompanhado pelas estagiárias e também ressaltamos os direitos individuais, principalmente com as crianças problemáticas.

No segundo momento, realização de aulas práticas voltada ao corpo discente, com o uso de métodos para habituar a leitura, sem ficar bitolado na cartilha, por isso usamos jornais, livros de historinhas.

As histórias da Arca de Noé, O Girassol, O Elefantinho, As Borboletas, como também as músicas.

No terceiro momento como especialista foi oferecida a oportunidade de desenvolver, atividades dentro do novo campo profissional, atuando como Supervisora Educacional, completando assim experiências mais abrangentes no campo educativo, baseado nos livros. A medida que leciona, o conhecimento começa a surgir tanto para o professor como para o estudante. James D. Young.

"O professor deve ajudar ao seu aluno a sentir que aquilo que ele expressa tem valor. Isto implica em que deve aceitá-lo da forma mais completa possível. Não é válido aceitar a pessoa em parte, rejeitando suas idéias e valores. Não podemos separar o indivíduo do seu comportamento. Mosquera, Juan.



## CONCLUSÃO



Diante das experiências vivenciadas na Escola Estadual de 1º Grau Pedro Américo, ressaltamos que o estágio nos douu verdadeiras lições, pois aprendemos que é praticando que se aprende o trabalho do supervisor, e que a escola é um dos locais ideal para essa aprendizagem e tentativa de eliminar inculcações das camadas mais altas em detrimento do saber e comportamento das classes populares.

Percebemos que a prática foi gratificante diante dos obstáculos enfrentados onde conseguimos atingir objetivos ideais e concretos. O compromisso e a força de vontade caminharam juntos para o alcance destes objetivos, envolvendo as experiências práticas contra as barreiras que impediam o processo educativo desta escola através de um trabalho dinâmico e criativo, diante das limitações e obstáculos enfrentados, desenvolveu-se um trabalho valioso e digno em prol do bem-estar das crianças, graças a ajuda e participação neste período de estágio.

### Pontos Negativos:

- O número ilimitado de funcionários devido a política que não interessa-se com a educação.
- Evasão no período que falta merenda escolar.

### Pontos Positivos:

- A metodologia que está sendo aplicada na escola pelos professores, ainda motiva devido visar a <sup>a</sup> integração.

Análise Crítica:

- A teoria na educação ainda permanece isola-  
da da prática, quando propaga-se que as experiências  
venciadas influenciaram na prática dentro da escola, pois  
isso não existe.

- O aluno continua adaptado à escola e não a  
escola ao aluno.

- O processo ensino-aprendizagem diz ser dinâ-  
mico e desperta o interesse da criança no aprender, fazen  
do a teoria distância da prática.

Constatações:

- Característica sócio-econômico-cultural  
(família X comunidade).

- Ocupação dos pais (pouca assistência aos  
filhos).

- Renda familiar (assalariados, agricultores)

- A comunidade em que está inserida a escola  
consta de uma população de baixa renda.

Através da professora-orientadora fizemos um  
valioso trabalho em prol dos discentes e docentes.





ANEXO 01

UFFB/CFP/DEL

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE SUPERVISÃO ESCOLAR

CURSO: PEDAGOGIA / PERÍODO VII / CAMPUS V / CAJAZEIRAS - Pb

FICHA DE OBSERVAÇÃO EM SALA DE AULA

Nome da instituição: Escola Estadual de São João Pedro Américo

Localização: no centro da cidade vizinha a sede do quimico Antônio

Série(s) observada(s): 1ª série

Data: 01/09/19109186

Nome do Professor: Tenesinha Andriola e Júlia Fernandes Pacondes

Aluno(a) Estagiário: Barbara Maria Fernandes

Objetivo(s) da aula: Reconhecer através das habilidades motoras o desempenho da criança. Verificar o nível de leitura da turma através de leitura de texto, de poemas e poemas didáticos

Assunto: Coordenação Motora e Leitura

Planejamento da aula: (plano do professor) é coerente a realidade do desempenho docente junto ao discente.

Desempenho do professor no domínio do conteúdo trabalhado. é satis.

fatioso procurando aplicar todo conteúdo, como que o domínio da classe não seria total, a professora mostra que sua preocupação com o muito conteúdo e sem com o aprender.

Relacionamento professor-aluno. O carinho do professor para com o aluno não foi excluído e real. Pois fez o possível para a minha presença não modificar este relacionamento.

Participação do aluno durante a aula. A participação foi sempre ativa na 1ª série, mas na pré-escola um pouco inibida, fiz o possível para haver socializações entre a turma.

Metodologia utilizada pelo professor: O método no pré-escola, este atendeu em alguns aspectos a espera da professora de ter feito treinamento mas fora da realidade da criança. Na 1ª série talvez que a criança possa por outras fazer preparatório mas sempre deixa a desforça na parte da leitura

Existência e uso do livro-texto.

Caminha Guarna Alfabetização  
pela imagem, As crianças em novos tempos, Alfabetização  
com matemática.



Existência de alunos problemáticos em sala de aula.

Sim, mas sempre  
um trabalho em prol do rendimento e procurando entender  
o problema do aluno.

Nível de aprendizagem dos alunos.

Na prática diferencia um pouco devido a variações da faixa  
etária. No Iní. Escrita acontece divergências na aprendizagem  
crianças na desmoltura da consciência motora e outras que já escrevem.

Preocupação em avaliar a aprendizagem dos alunos.

O professor espera de um salário não digno mas está comprometido  
com o aluno. Chamo que existem falhas.

Obs.: Que aspectos você observou além dos supracitados?

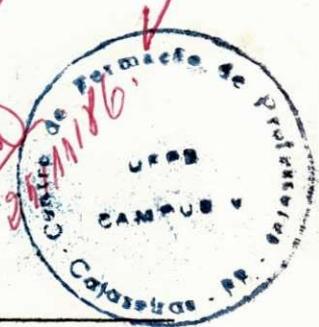
O aspecto social econômico influencia bastante no nível  
aprendizagem do aluno.

Equipe de Estágio.

LFS/AGO/86.

Universidade Federal da Paraíba.  
 Centro de Formação de Professores.  
 Departamento de Educação e Letras.  
 Curso: Pedagogia. Período: VII  
 Disciplina: Estágio Supervisionado de Supervisão Escolar.  
 Professor Orientador: Elizabeth Galbete Duarte

Obs: 8 x 4 = 32 horas.  

FICHA CONTROLE DE FREQUÊNCIA DO ESTAGIÁRIO NA UNIDADE ESCOLAR.

Escola: Escola Estadual de São João Pedro Américo  
 Diretora: Elza Maria Cantaro  
 Supervisora: \_\_\_\_\_  
 Estagiária: Débora Maria Fernandes

Data	Hora		Atividade(s) Realizada(s).	Rubrica Estagiária	Visto da Diretora
	Entrada	Saída			
01/09/86	13:00hs	17:00hs	Observação na metodologia de ensino do professor.	Bonferrandy	Felix
02/09/86	13:00hs	17:00hs	Observação na leitura dos discentes e plano elaborado pelo docente na 1ª série	Bonferrandy	Felix
04/09/86	13:00hs	17:00hs	Observação no pré-escrita na coordenação motora	Bonferrandy	Felix
08/09/86	13:00hs	17:00hs	Observação no desenvolvimento da coordenação motora no aprender	Bonferrandy	Felix
09/09/86	13:00hs	17:00hs	Continuação da observação no aspecto da leitura e sobre o interesse do aluno.	Bonferrandy	Felix
12/09/86	13:00hs	17:00hs	Observação na escrita do aluno da 1ª série e o interesse do professor com o aluno.	Bonferrandy	Felix
16/09/86	13:00hs	17:00hs	Observação nos conteúdos aplicados para o aluno de 1ª série.	Bonferrandy	Felix
19/09/86	13:00hs	17:00hs	Observação na leitura com outros livros.	Bonferrandy	Felix



✓  
DEBATE



TEMA: (GERES) - Grupo Executivo de Reformulação do Ensino Superior.

LOCAL: Escola Estadual de 1º Grau Pedro Américo.

DATA: 13 de outubro de 1986.

HORA: 14:00 hs.

PAUTA

- 1 - Objetivo do debate
  - Informar aos professores desta referida escola sobre o Grupo Executivo de Reformulação de Ensino Superior.
- 2 - Metodologia
  - Leitura por parágrafo
  - Explicação
  - Plenária
  - Discussão aberta
- 3 - Avaliação
  - As atividades promovidas pela equipe beneficiou a melhoria no conhecimento ao ante-projeto GERES.

✓  
APOSTILA: O que é o projeto do governo para  
a Universidade.

RESPONSÁVEL: Bárbara Maria Fernandes, estagiária  
ria (Supervisão Escolar)



4 - Participantes

- 1 - Estagiárias
- 2 - Professoras
- 3 - Alunos
- 4 - Funcionários

CONTRIBUIÇÃO À ANÁLISE  
DO RELATÓRIO DO GERES

(Projeto oficial do governo para a universidade)

DIRETORIA DA ANDES - Brasília 15.10.86

"DIA DO PROFESSOR EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E GRATUITA"



1. O QUE É O PROJETO DO GOVERNO PARA A UNIVERSIDADE

Em 1985, o governo criou a Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior, que ficou conhecida como Comissão de Alto Nível, composta por pessoas convidadas diretamente pelo próprio governo. Essa Comissão funcionou de março a novembro, apresentando como resultado um documento intitulado "Uma nova política para a educação superior brasileira". Dada a grande heterogeneidade na composição da Comissão, esse documento contém contradições entre suas propostas. Essa heterogeneidade não excluiu porém a predominância de concepções conservadoras, o que levou a que o documento final se chocasse frontalmente com os princípios fundamentais defendidos pelo movimento docente para a universidade. O documento final da comissão era porém bastante genérico, não se constituindo um instrumento operacional, que permitisse o imediato encaminhamento da reformulação da universidade pelo governo.

O MEC criou então o GERES - Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior, com a finalidade de elaborar uma proposta operacional para o governo implementar a reestruturação da universidade, com base nos princípios básicos definidos pela Comissão de alto nível. O GERES foi instalado em março deste ano, apresentando suas conclusões em um Relatório datado de setembro de 1986.

Os trabalhos do GERES foram desenvolvidos a portas fechadas, sem serem divulgadas sequer as idéias em desenvolvimento. Após concluído, seu Relatório foi mantido secreto, com seus integrantes, bem como as autoridades do MEC contatadas, recusando-se a entregar uma cópia do mesmo à ANDES, apesar da reiterada insistência nesse sentido. A importância de se conseguir acesso a uma cópia desse documento tornava-se cada vez mais clara, à medida que declarações oriundas do próprio governo davam conta dele como sendo a base sobre a qual o MEC encaminharia a reformulação do ensino superior.

Finalmente, após intensa insistência, a ANDES recebeu uma cópia do Relatório no dia 29.09.86, véspera do Seminário Nacional sobre Trabalho Intelectual e Avaliação Acadêmica, que antecedeu o XIV CQAD, em Curitiba. Uma análise preliminar do documento confirmou os piores receios da ANDES: O Relatório consta de duas partes, sendo a primeira introdutória, onde é desenvolvida a argumentação que se materializa na parte seguinte, com um ante-projeto de lei que reestrutura as IES federais e que, mais do que base para a ação governamental, é o próprio projeto do MEC para a rede federal de ensino superior. Em ambas as partes, define-se um projeto que elimina a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, rompe a autonomia da universidade ao abrir o caminho para o controle de sua atividade por agentes financiadores, induz a institucionalização do ensino pago, elimina a isonomia salarial e provoca um retrocesso na democratização da universidade ao proibir as eleições diretas para reitores e diretores.

Observe-se ainda que, embora o Relatório faça menção a um outro ante-projeto de lei, reformulando o Conselho Federal de Educação, ele não foi incluído na versão divulgada pelo MEC.

Por proposta da diretoria da ANDES, o XIV e CQAD propôs a todas as ADs o estudo cuidadoso do projeto do governo, de modo a que até o dia 15.10.86, Dia Nacional de Luta pela Universidade Pública e Gratuita, a reunião dos delegados das ADs das IES federais em Brasília defina a posição do movimento docente a esse respeito.

O presente texto constitui uma contribuição à reunião nacional do dia 15.10.

## 2. DIFERENTES CONCEPÇÕES DE UNIVERSIDADE

Em sua parte introdutória, o Relatório do GERES afirma que o atual processo de transição política gerou duas "tendências" no debate sobre a universidade. Uma dessas tendências defenderia

"uma universidade alinhada, cujas atividades são meios para atingir certos objetivos políticos para a sociedade e cujos paradigmas são ditados não pelo desempenho acadêmico dos agentes mas pelo seu grau de compromisso político-ideológico com as forças populares" (Relatório, p. 18).

A outra tendência defenderia

"o projeto modernizante de uma universidade do conhecimento, baseada em paradigmas de desempenho acadêmico e científico, protegida das flutuações de interesses imediatistas, sem inviabilizar contudo sua interação com as legítimas necessidades da sociedade" (Relatório, p. 18).

É evidente que, com a primeira "tendência", o GERES quer identificar o movimento docente e, com a segunda, o próprio GERES e o governo. Tal caricatura é porém radicalmente falsa.

A "Proposta das Associações de Docentes e da ANDES para a Universidade brasileira" entende que "a universidade é uma instituição social de interesse público", o que "se efetiva simultaneamente pela sua capacidade de representação social, cultural intelectual e científica", representatividade essa que pressupõe "a capacidade de assegurar uma produção de conhecimento inovador e crítico, que exige respeito à diversidade e ao pluralismo" (Proposta ADS-ANDES, p. 1). Ou seja, o movimento docente defende uma universidade em que estejam presentes todas as principais vertentes contemporâneas do pensamento científico e filosófico. Esse pluralismo, longe de substituir o melhor desempenho acadêmico pelo maior "grau de compromisso político-ideológico", como acusa o GERES, leva à afirmação da necessidade de que "o trabalho docente (ensino, pesquisa e extensão) precisa ser avaliado sistematicamente, a partir de critérios definidos de forma pública e democrática", afirmação essa desdobrada em orientações concretas. (Proposta ADS-ANDES, pp. 26-27).

Por outro lado, o projeto do governo encaminha, como veremos, a privatização da produção de conhecimento na universidade, submetendo suas atividades, sobretudo de pesquisa e extensão, mas também de ensino, ao controle de agentes financiadores. Ou seja, é esse projeto, e não o do movimento, docente, que propõe o "alinhamento político-ideológico" da universidade, no caso ao grande capital privado e ao Estado.

## 3. O CONCEITO DE UNIVERSIDADE

Na parte introdutória do Relatório do GERES lê-se que

"no Brasil, historicamente, o ensino foi a função primordial desempenhada pelas instituições de ensino superior. A Lei nº 5540/68, ao estabelecer o princípio da indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa" (corresponde a uma concepção que) "introduz um elemento à tradição de nosso ensino superior: a pesquisa" (Relatório, p. 9).

Prosseguindo, o GERES conclui que o resultado dessa medida é, hoje, a existência de instituições em que apenas se ensina, ao lado de outras, em que há também pesquisa. Além disso, a política de expansão do ensino superior levou à disseminação de instituições isoladas e ao crescimento das universidades privadas - em ambos os casos

inexistindo que se sempre a pesquisa.

Buscando consagrar e mesmo radicalizar essa situação, o Art. 42 do ante-projeto de lei extingue a indissociabilidade entre ensino e pesquisa como obrigação legal, não apenas em algumas, mas em todas as IFS federais, ao determinar que deixe de aplicar-se a elas o disposto no Art. 2º da Lei 5540/68, que diz:

"O ensino superior indissociável da pesquisa será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público e privado."

Tanto as universidades públicas como as particulares gozam - pelo menos segundo afirma a legislação - de autonomia didática, administrativa e financeira, independente do desenvolvimento ou não de atividades de pesquisa. O que as separa das instituições isoladas é sua "universalidade de campo" - a abrangência de diversos campos do conhecimento. O GERES defende porém a proposta da Comissão de Alto Nível, a qual "recomenda apenas que, no que se refere às universidades, a nova legislação abandone a tradicional concepção de 'universidade' ao definir a abrangência das funções da instituição no campo do ensino e da pesquisa" (Relatório, p. 12). Em decorrência, o Art. 42 do ante-projeto de lei abole a universidade de campo enquanto marca obrigatoriamente características das universidades federais, ao incluí-las da abrangência do Art. 11 da Lei 5540/68, que diz:

"As universidades organizar-se-ão com as seguintes características: (...)  
e) universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais dos conhecimentos humanos, estudados em si mesmo ou em razão de ulteriores aplicações e de uma ou mais áreas técnicas-profissionais".

Assim, o GERES, adotando uma postura que procura apresentar como realista e flexível, e seguindo explicitamente as indicações da Comissão de Alto Nível, propõe a "autonomia" como único critério definidor de uma universidade enquanto tal. Dessa forma, "estabelecimentos isolados que comprovem sua competência através dos mecanismos de avaliação previstos no projeto" podem pleitear autonomia didática, administrativa e financeira e, com isso, "o 'status' universitário" (Relatório, p. 16).

O conceito de universidade que orienta todo o trabalho do GERES, inclusive o ante-projeto de lei, choca-se frontalmente com o defendido pelo movimento docente. Este, ao rejeitar a possibilidade de que a universidade se limite ao papel de mera reprodutora do conhecimento já existente, exige, como condição para o desenvolvimento de um pensamento crítico e pluralista, tanto a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, como a universalidade de campo.

Com a pesquisa, o professor faz avançar o conhecimento na sua área de trabalho ao mesmo tempo em que age no sentido de se desenvolver enquanto profissional e de aprofundar a formação dos estudantes, tanto os diretamente envolvidos na pesquisa quanto os que se beneficiarão das aulas enriquecidas pela mesma. Com a extensão, leva-se o conhecimento gerado na universidade a parcelas da população, enriquecendo-o com o debate com essas parcelas. Por sua vez, a universalidade fornece as condições concretas e o estímulo à interdisciplinaridade no ensino, na pesquisa e na extensão, evitando a redução da atividade de ensino superior à mera formação de mão-de-obra qualificada.

O conceito de universidade adotado pelo GERES e o MEC não constitui porém um equívoco, que possa ser corrigido ao ser mostrado a ambos. Trata-se de uma fórmula-

ção claramente assumida pelo governo, como parte de sua política voltada para sua desobrigação crescente frente ao ensino superior e concomitante avanço da privatização, seja através do crescimento da rede privada, seja através do controle da rede pública por agentes financiadores.

4 - FINANCIAMENTO DA UNIVERSIDADE

O ante-projeto de lei elaborado pelo GERES e assumido pelo MEC diz em seu art. 33:

"A União assegurará às universidades federais patrimônio e receita necessários à realização dos seus objetivos institucionais, em função de planos plurianuais de desenvolvimento e de programas anuais de trabalho."

Essa formulação, à primeira vista, parece assegurar a completa cobertura, pelo Estado, das necessidades financeiras das IES federais. Quando integrada no conjunto do Relatório do GERES, porém, ela ganha outro significado.

Segundo o GERES, a "necessidade de aumentar a eficiência" do sistema federal de ensino superior e a existência de problemas políticos restritivos, geraram a adoção de mecanismos burocráticos de controle de meios (recursos), com abandono da avaliação dos fins (desempenho, produto) das IES (Relatório, pp. 10-11). O GERES identifica aí um duplo erro: de um lado, a autonomia acadêmica, que é "A verdadeira autonomia", tem que estar associada à autonomia financeira, uma vez que a restrição dos meios pode tolher a liberdade acadêmica (Relatório, p. 14); de outro lado, como "no caso das instituições de educação superior públicas os recursos são oriundos do contribuinte", é "inevitável o controle social da aplicação dos recursos públicos como dever inalienável do Estado" (Relatório, p. 17).

O prob lema, para o GERES, reside então na compatibilização entre "um aumento da autonomia na gestão universitária", inclusive dos recursos financeiros, e "um controle das instituições". A solução é encontrada na proposta de lei que "o controle social seja feito a partir de um sistema de avaliação de desempenho" (Relatório, pp. 17-18).

A avaliação de desempenho não se destina porém apenas ao controle da utilização de recursos. Ela deve cumprir papel importante "no processo de formulação de políticas e de estabelecimento de normas para o sistema educacional" (Relatório, p. 19). Além disso - e esse é o ponto nevrálgico da questão -, o GERES, e o MEC, entendem que

"o processo de avaliação do desempenho das instituições de ensino superior deverá oferecer importantes subsídios para a alocação de recursos entre as instituições federais. Como resultado do processo avaliativo, recomendações específicas poderão ser feitas em relação às necessidades e disponibilidades de cada instituição" (Relatório, pp. 38-39).

Segundo o GERES, o mais adequado "é que o processo de avaliação seja conduzido pela Secretaria da Educação Superior (SESU) do MEC, que já está adotando as providências iniciais nesse sentido" (Relatório, p. 18). Confirma-se assim a denúncia da ANDES sobre o verdadeiro papel destinado ao processo de avaliação que a SESU está começando a aplicar às IES federais: estabelecer um "ranking" na rede pública de ensino superior, a partir do qual os recursos serão distribuídos desigualmente, perpetuando desse modo a desigualdade entre as diferentes IES, parte do legado de décadas de um política educacional profundamente danosa ao ensino superior.

Confirma-se também a informação, obtida extra-oficialmente pela ANDES enquanto decorria o trabalho a portas fechadas do GERES, de que o governo pretende, através do corte real de verbas, induzir as universidades a buscarem recursos adicionais pela venda de serviços e da institucionalização do ensino pago, como meio de garantir seus gastos com custeio e salários.

De fato, se o Art. 33 obriga a União a garantir os meios para a "realização dos objetivos institucionais das universidades federais", por outro lado será a própria União, através do MEC, que definirá em última instância as "necessidades e disponibilidades de cada instituição", com base no "processo avaliativo" encaminhado atualmente pela SESu. Definidas as "necessidades" a atender, e dado o montante de verbas a serem dotadas à rede federal de ensino superior pelo MEC, este determinará então a parcela destinada a cada IES. Quanto mais insufliciente o desempenho de uma universidade, a critério da SESu, menor será a parcela a ela destinada e maiores, portanto, suas dificuldades para elevar aquele desempenho. No caso das "universidades de ensino" menor tenderá a ser a dotação de recursos federais e maior deverá ser sua necessidade de cobrança de altas taxas aos estudantes, além de sua dependência em relação à "comunidade" de associação comerciais, federações de indústrias etc., que se convençam da necessidade de destinar recursos à manutenção em funcionamento da universidade pública local, ou pelo menos de alguns de seus cursos. Por outro lado, quanto menor o volume de recursos destinados pelo MEC ao conjunto das IES federais, maior tenderá a ser a necessidade de que todas elas, inclusive as consideradas como de melhor desempenho, recorram à cobrança dos alunos, à venda de serviços - pesquisa e extensão - e a apoio financeiro, para a manutenção das atividades de ensino, por parte de agentes financeiras.

Essas constatações se unem a declarações como a do ministro da Educação Jorge Bornhausen, de que as universidades "devem sair do imobilismo e não esperar uma atitude paternalista do governo, procurando apoio do setor privado" (FSP, 01.08.86), e que "o que precisamos é buscar justiça social e dar gratuidade àqueles que não puderam pagar" (FSP, 15.08.86). Unem-se também a afirmações vindas de escalões intermediários do MEC e do governo, nunca assumidas oficialmente mas que nem por isso deixam de se repetir, no sentido de que os recursos destinados ao ensino superior devem diminuir, sendo transferidos ao 1º e 2º graus. O resultado é uma política clara: sem precisar deixá-lo explícito em algum artigo, o ante-projeto de lei do governo deixa aberto o caminho para, ao lado do fortalecimento da rede particular, pressionar a rede pública de ensino superior no sentido da captação de recursos junto a órgãos financiadores, tendo como resultado global a privatização da geração de conhecimento nas universidades brasileiras.

Compreende-se assim o verdadeiro significado da autonomia financeira e administrativa defendida pelo MEC para as IES federais. Trata-se de o Estado se desobrigar progressivamente de sua manutenção e, sobretudo, de ensaminhar sua adequação à política global de privatização referida acima. A universidade pública, como querem a Comissão de Alto Nível, o GERES, o MEC, o governo, deve caminhar para subordinar-se à dinâmica do mercado, o que significa sua subordinação à lógica da acumulação capitalista no Brasil.

## 5. ISONOMIA DE CARGOS E SALÁRIOS

Também a política salarial nas universidades deverá, segundo o projeto governamental, subordinar-se a essa lógica. Assumindo propostas originalmente levantada pela Comissão de Alto Nível, o GERES defende

"um justo equilíbrio entre os ideais de uma carreira de âmbito nacional, que respeite os valores de igualdade e isonomia entre as diversas instituições, e os de diferenciações salariais, a partir de pisos iguais, em função dos valores e critérios do mérito, desempenho, localização" (Relatório, p. 22).

Em decorrência, após o Art. 18 estabelecer a "identidade de estrutura de cargos e funções, isolados e de carreira, e respectiva retribuição" para "todas as universidades federais". o Art. 19 do ante-projeto de lei estabelece que

"o estatuto do servidor de cada universidade incorporará (...) concessão de incentivos salariais em razão do desempenho funcional do servidor; (...) concessão de incentivos salariais de permanência na universidade, que, uma vez atendidos os pressupostos de titulação e desempenho do servidor, levem em conta, dentre outros fatores, as condições locais de mercado de trabalho e do custo de vida".

Confirmando mais uma vez denúncias formuladas anteriormente pela ANDES, o governo nega assim a concessão da isonomia salarial aos docentes e servidores técnico-administrativos das IES federais, substituindo-a pelo que autoridades do MEC vêm chamando de "piso salarial isonômico", terminologia com que se procura encobrir a radical rejeição da isonomia. Pior que isso, além da desigualdade entre os salários pagos nas IES fundacionais e nas autárquicas, o governo implanta a desigualdade entre as diversas universidades e entre as diferentes unidades de cada universidade. A menção a "fatores" como "custo de vida" não encobre o fato de que qualquer "incentivo salarial" dependerão sobretudo do volume de recursos captados por cada IES, o que por sua vez depende do grau de industrialização, de expansão do comércio etc., além do interesse específico do empresariado local e de órgãos governamentais em, na região, estimularem com recursos determinadas áreas de atuação da universidade.

Fica assim esclarecido o verdadeiro motivo por que o governo vem protegendo desde outubro de 1985 a concessão da isonomia que ele próprio declarou publicamente ser um direito do corpo docente das IES federais. Trata-se de enquadrar a questão no interior da reforma da universidade, negando o atendimento da reivindicação.

## 6. DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE

O ante-projeto de lei impõe um sério retrocesso ao processo de democratização hoje em curso na universidade. Uma longa argumentação é desenvolvida na parte introdutória (Relatório, pp 30-37), afirmando que "a especificidade institucional do ente universitário" (p. 36) exclui a validade de "processos de eleição direta plebiscitária" (p. 34). O uso do termo "plebiscitária" deve-se evidentemente apenas ao objetivo de desqualificar a eleição direta, uma vez que esta nada tem de plebiscito. À parte isso, os argumentos contidos no Relatório resumem-se à afirmação, não demonstrada, de que a escolha dos dirigentes por eleição direta poderá gerar "uma universidade politizada, democrática, mas dificilmente (...) uma boa universidade" (p. 34); que "a

✓

universidade não é a sociedade em miniatura" (p. 34); que a defesa da eleição direta significa a negação da especificidade da organização universitária, própria de quem "adere ao modelo de uma universidade alinhada, vista como arma na luta política maior, instrumento utilizado pelo poder em regimes políticos de mobilização" (p. 33).

A rejeição das eleições diretas encontra assim sua justificativa na busca do "respeito à especificidade institucional do ente universitário", o que será alcançado "com a fixação de normas relativas à hierarquia na carreira dos candidatos aos cargos de direção, a definição dos colegiados deliberativos com prevalência dos docentes sobre as demais categorias, mas com representação e voz para estas" (Relatório, p. 36). Dessa forma, o ante-projeto de lei estabelece que:

- "a administração superior da universidade caberá a colegiado deliberativo, presidido pelo Reitor, e constituído dos dirigentes e representantes das universidades que a integram" (Art. 7º);
- "nos órgãos deliberativos de qualquer nível (...) haverá representantes do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, na proporção que for fixado em estatuto", respeitada a condição de que esta representação "não poderá, em conjunto, exceder de um quarto do número de docentes" (Art. 10);
- "o Reitor e o Vice-Reitor de universidade serão nomeados pelo Presidente da República, escolhidos de lista de três nomes de professores titulares ou adjuntos, eleitos por colégio eleitoral especial", sendo este último constituído pelo colegiado deliberativo, acrescido "de delegados eleitorais em número não superior aos dos membros daquele colegiado" representando os docentes, os servidores técnicos-administrativos e os estudantes, e representando todas as unidades (art. 11). (Mutatis mutandis, o mesmo se aplica à escolha do diretor e vice-diretor de unidade, pelo reitor).

Com o presente ante-projeto de lei, o governo pretende portanto impor um recuo de grande importância ao processo de democratização na universidade, onde está hoje generalizado o recurso às eleições diretas, com participação paritária das três categorias, para o preenchimento dos cargos dirigentes. O veto estende-se também à reivindicação de que esse processo de escolha se esgote no âmbito da própria IES, sem ingerência do poder executivo.

## 7. OUTRAS QUESTÕES

Além de outros aspectos a serem detidamente analisados pelos docentes, cabe ainda destaque para três questões: a mudança da organização em departamentos e colegiados, o regime de trabalho e a aposentadoria.

Com uma simples penada, o MEC, através do Art. 42 do ante-projeto de lei determina o fim da obrigatoriedade da estruturação em departamentos e colegiados de cursos, ao excluir as IES federais da abrangência do § 3º do Art. 12 e do § 2º do Art. 13 da Lei 5540/68, que os prevêem. O modo como cada IES se estruturará será definido pelo estatuto adotado por ela, como determina o Art. 3º do ante-projeto de lei, estabelecendo-se assim uma provável profunda heterogeneidade na rede federal. É

63  
evidentemente inaceitável que mudança de tamanha envergadura se dê sem qualquer discussão na comunidade universitária, camuflada no último artigo do ante-projeto.

O GERES rejeita a reivindicação do movimento docente de que seja explicitamente proibido o regime de 40 horas semanais sem dedicação exclusiva (Relatório pp. 25-26; Proposta ADs-ANDES. p. 27). Em decorrência, o ante-projeto de lei, sem estabelecer aquela proibição, institui duas modalidades para "o regime de trabalho do pessoal docente": "dedicação exclusiva" e "Tempo parcial" em função do número de horas semanais de atividades" (Art. 25). A redação desse artigo deixa em aberto a possibilidade do retorno do professor-horista, figura existente na rede federal pela luta do movimento docente e que, prevalecendo ainda nas IES particulares, permite a drástica exploração dos docentes, com conseqüente redução da qualidade do ensino.

O ante-projeto de lei prevê a aposentadoria integral, complementada pela universidade unicamente no caso de ocorrer a aposentadoria "compulsoriamente, por implemento da idade" (Arts. 29 e 30), o que significa 70 anos para os servidores do sexo masculino e 65 anos para os do feminino. Permanece sem atendimento portanto mais essa reivindicação - de aposentadoria integral em todos os casos - dos docentes e servidores técnico-administrativos.

## 8. CONCLUSÕES

É certo que, no caso de o governo conseguir a aprovação no Congresso do ante-projeto de lei elaborado pelo GERES, a atuação organizada e consciente da comunidade universitária poderá vir a neutralizar parte de seus efeitos radicalmente nocivos. Mas não é menos verdade que, havendo na aprovação, a universidade pública e gratuita terá sido atingida no essencial, talvez mortalmente. Não cabe portanto qualquer raciocínio contemperizador, que aposte em uma possível resistência futura como justificativa para empenhar agora a própria existência dessa universidade.

Em primeiro lugar, cabe um completo repúdio ao enquadramento que o governo está dando à questão, procurando fazer passar seu projeto sem discussão na comunidade universitária, em um momento em que o Congresso não se reúne.

O ante-projeto de lei do MEC tem como objetivos:

- eliminar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, abrindo o caminho para a transformação de grande parte da rede pública de ensino superior em mero ensino de 3º grau;
- romper a autonomia universitária, privatizar a geração do conhecimento na universidade pública e submeter esta última a lógica do capital, subordinando suas atividades ao controle de agentes financiadores;
- induzir a institucionalização do ensino pago nas IES federais;
- eliminar a isonomia salarial e provocar a competição entre docentes, unidades e universidades por recursos financeiros a serem captados junto à iniciativa privada e a órgãos governamentais;
- promover um retrocesso na democratização hoje em desenvolvimento na universidade, proibindo as eleições diretas para cargos dirigentes.

Por essas razões, o ante-projeto de lei é inaceitável no essencial e deve ser rejeitado globalmente pelo movimento docente. Tentar "corrigi-lo", visando sua adaptação às propostas desse movimento para a universidade, seria incorrer em três erros:

- V
- as correções seriam tantas e tão essenciais, que produziriam um outro ante-projeto, radicalmente distinto do atual;
  - confundir-se-ia a chamada opinião pública e os próprios docentes, ao con-  
zi-los a encarar o projeto do governo como ponto de partida válido para a re-  
estruturação da universidade;
  - e deixar-se-ia o caminho aberto para o governo, jogando em seu próprio ter-  
reno (o texto do ante-projeto de lei), trabalhar pela aprovação do essencial  
de seu projeto pelo Congresso.



Por outro lado, a ANDES e as ADs precisarão ter muita iniciativa, agilidade e habilidade para enfrentarem a escurregadia tática do MEC. Este, vinculando a concessão da isonomia - na verdade, o "piso isonômico", ou seja, a negação da isonomia - à aprovação do ante-projeto de lei, procurará apresentar os docentes como irresponsáveis, por rejeitarem "uma proposta concreta" do MEC, não só para a "isonomia", como também para os "males da universidade". Frente a essa armadilha em que o governo procurará aprisionar o movimento docente, será indispensável deixar claro, para o conjunto da comunidade universitária, para a imprensa e a população, que o projeto do governo:

- ataca frontalmente a universidade pública e gratuita;
- nega a isonomia salarial,

Por tudo isso, a luta central hoje do movimento docente nas IES federais deve ser contra a aprovação pelo Congresso do ante-projeto de lei elaborado pelo GERES. Se apesar de tudo o governo o enviar ao Congresso, o movimento deverá lutar para que não o seja em regime de urgência - o que implicaria em uma provável aprovação por decurso de prazo - e para que fique para apreciação e deliberação na Constituinte.

Ao mesmo tempo, embora não mais ocupando o lugar central, deve ser mantida a reivindicação de imediata instituição da isonomia salarial, porque:

- a isonomia tecnicamente pode ser tratada em separado da reforma da universidade;
- abandonar agora essa reivindicação seria expor o flanco a acusações de "irresponsabilidade" e "inconseqüência" da parte do governo;
- deixar de reivindicar a isonomia seria condenar ao isolamento o movimento dos servidores técnico-administrativos, hoje em greve em torno dessa reivindicação.

Chegou agora o momento em que o movimento docente poderá provar que fala a verdade, ao afirmar que suas lutas salariais, por verbas e democracia, são sobretudo parte da luta em defesa da universidade pública, gratuita, democrática e competente. Nenhuma outra reivindicação aparece hoje em primeiro plano. Salvar essa universidade é o papel histórico posto a todos os docentes de todas as universidades federais. Não faltaremos a esse compromisso.

Salvador, 12-13.10.86.

VFG/10/86.

✓  
DEBATE



TEXTO: Desafio aos educadores

LOCAL: Escola Estadual de 1º Grau Pedro Américo.

DATA: 20 de outubro de 1986.

HORA: 15:00 hs.

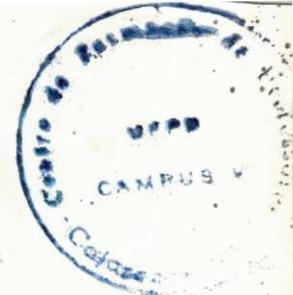
PAUTA

- 1 - Objetivo de debate
  - Discutir o texto desafio aos educadores, com o intuito de termos uma contribuição para a educação no sentido mais amplo diante do aluno.
  
- 2 - Metodologia
  - Leitura do texto
  - Plenária
  - Discussão aberta
  
- 3 - Elementos participantes
  - Estagiárias
  - Professores
  - Administrador

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA ✓  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E LETRAS  
ESTAGIÁRIAS: Antonia Neta Alves Nunes

Maria do Socorro Rangel Dantas

*Barbara*  
08.09.86



**\*DESAFIO AOS EDUCADORES\***

Um famoso filósofo alemão do século passado, Frederico Nietzsche, tece uma crítica radical à civilização ocidental, dizendo que ela educa os homens para desenvolverem apenas o instinto da tartaruga. O que quer dizer isso? A tartaruga é o animal que, diante do perigo, da surpresa, recolhe a cabeça para dentro da sua casca. Anula, assim, todos os seus sentidos e esconde, também na casca, os membros, tentando proteger-se contra o desconhecido. Este é o instinto da tartaruga: defender-se, fechar-se ao mundo, recolher-se para dentro de si mesma e, em consequência, nada ver, nada sentir, nada ouvir, nada ameaçar.

Formar boas tartarugas parece ter sido o objetivo dos processos educacionais e políticos de educação desenvolvidos no mundo ocidental nos últimos anos. Temos educado os homens para aprenderem a ser defenderem contra todas as ameaças externas, sendo apenas reativos.

Ensinamos o espírito da covardia e do medo.

Precisamos assumir o desafio de educar o homem para desenvolver o instinto da águia. A águia é o animal que voa acima das montanhas, que desenvolve seus sentidos e habilidades, que aguça os ouvidos, olhos e competência para ultrapassar os perigos, alcançando vôo acima deles. É capaz, também, de afiar as suas garras pra atacar o inimigo, no momento que julgar oportuno.

As nossas escola têm procurado fazer com que nossas crianças se recolham para dentro de si e percam a agressividade o instinto próprio do homem corajoso, capaz de vencer o perigo que se lhe apresenta.

Temos criado, neste país, uma geração-tartaruga, uma geração me-  
drosa, recolhida ~~puzaa~~ dentro de si. E estamos todos impregnados a esse es-  
pírito de tartaruga. Não temos coragem para contestar nossos dirigentes,  
para nos opor às suas propostas e criar soluções alternativas. Agimos ape-  
nas de maneira reativa, negativa, covarde.

Temos ensinado às nossas crianças que os nossos instintos são pe-  
cadinhosos. A parte mais rica do indivíduo, que é a sua sensibilidade sua  
capacidade de amar e odiar, sua capacidade de se relacionar de maneira crô-  
nica com o mundo, tem sido despresada. Temos ensinado o homem a ser obedi-  
ente, servil, pacífico, incompetente e depositar todas as suas esperanças  
num poder maior ou no fio das tempestades.

Quando ~~ensinamos~~ ensinaremos aos nossos alunos que eles não pre-  
cisam de se esconder diante das ameaças, porque todos nós temos capacidade  
de alçar vôo às alturas, ultrapassando as nuvens carregadas de tempestade  
e perigo? Temos ensinado às nossas crianças a se arrastar como vermes, e  
porque se arrastam como vermes, elas se tornam incapazes de reclamar se  
lhes pisan a cabeça.

Que desejamos, afinal, desenvolver em nós mesmos e nos jovens? O  
instinto da tartaruga ou o espírito das águias?

\*RODRIGUES, Neidson. Lições do Príncipe e outras Lições. 2.ed SP.

Cortez Editora: Autores Associados, 1984, p.110-111

14/04/86.

✓

CARO DIRETOR E PROFESSORES, ESPERAMOS SUAS CONTRIBUIÇÕES AO RESPONDER ESTE QUESTIONÁRIO PARA SUBSIDIAR O DESENVOLVIMENTO DO NOSSO TRABALHO.

Questionário elaborado em cima do texto Desafio aos Educadores.

- 1º O que focaliza realmente o texto ?
- 2º Compare este texto com o ensino atual ?
- 3º O texto levou você a aprender alguma coisa ?
- 4º Para você qual a importância deste texto ?

Respostas:

- 1- Uma crítica a civilização ocidental onde o sistema educativo, anula toda a inteligência e capacidade do homem, desenvolvendo apenas o instinto medroso e covarde da tartaruga, que ao menor sinal de perigo se esconde, querendo proteger-se sem ter a coragem de lutar para defender-se.
- 2- Embora ainda exista um sistema dominante, eu não diria que a coisa vai tão mal assim. É notório através dos fatos que as autoridades governamentais querem que formemos a nova geração com este instinto de tartaruga apresentado no texto, mas essa geração já não é tão passiva e acomodada capaz de baixar a cabeça ou dizer amém a tudo que lhe ordenam. Também já temos embora muito reduzido um grupo de professores com mentalidade moderna que procuram transmitir aos alunos essa valorização pessoal e a coragem de lutar pelos seus direitos.
- 3- Sim, Esse texto trás para nos professores uma mensagem de alerta para os problemas atuais e uma reflexão, de maior responsabilidade sobre como formar e informar nossos alunos.
- 4- Ele nos mostra uma realidade assustadora da qual devemos ter a coragem de enfrentar.



ANEXO 02

IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO 1986.2

Objetivos	Operacionalização	Cronograma/1986											
		Setembro				Outubro				Novembro			
		1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª
Reconhecer a realidade do ensino docente através de observações de aulas.	Observação no planejamento da aula, desempenho do professor no domínio do conteúdo trabalhando, relacionamento professor e aluno, metodologia, existência e uso de livro texto e alunos problemáticos em sala de aula, nível aprendizagem, preocupação em avaliar a aprendizagem dos alunos.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Aplicar atividades coerentes voltada ao aluno por meio de atuação como professor.	Planos de aulas coerentes baseado na realidade do aluno, usando metodologia clara especificando em primeiro lugar a leitura através de técnicas, jogos leitura envolvendo totalmente o aspecto do ler.												
Promover atividades ligada a educação com atuação como especialista (Supervisão Escolar).	Realização de atividades englobando toda clientela da escola como também da comunidade, através de reuniões, estudo de texto, debates do mesmo questionário, análise do plano do professor.												

LEGENDA: X = Atividade realizada não planejada.

✓

PLANO QUINZENAL



Escola Estadual de 1º Grau Pedro Américo.  
Série - Pré-escolar - Atividades  
Turma - Única - Turno - Diurno  
Professora Estagiária - Bárbara Maria Fernandes  
Duração da aula - 4 horas - Cidade - Cajazeiras - PB.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Despertar o aluno a fase de socialização.
- Esclarecer o aluno progressivamente à aperfeiçoar a coordenação motora até o estado de maturação.
- Reconhecer e diferenciar os objetos através de músicas e ilustrações.
- Identificar tipos de desenhos e aperfeiçoar habilidades' referente a discriminação audio-visual.
- Repetir lentamente a discriminação auditiva musical.
- Riscar no quadro as correspondências de numerações através de figurinhas.

METODOLOGIA

Estudando e aplicando aos alunos a maneira ' mais viável a socialização decorrente no aperfeiçoamento ' da futura aprendizagem.



## AVALIAÇÃO

Aplicação de brincadeiras através de músicas, jogos recreativos como: quebra-cabeça, jogos de bola e outros.

Corridas, saltos, exercícios de rabiscagem, contagem de alunos, exploração de estórias de figurinhas.

## BIBLIOGRAFIA

Isto é 1ª Série

## DOCUMENTO I

Apostila do Curso de Pedagogia (Técnica de recreação).

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
 CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E LETRAS  
 CURSO: PEDAGOGIA. PERÍODO: VII  
 DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE SUPERVISÃO ESCOLAR  
 PROFESSOR ORIENTADOR: Elisabete Galberto Duarte



FICHA CONTROLE DE FREQUÊNCIA DO ESTAGIÁRIO NA UNIDADE ESCOLAR

Escola: Estadual de 1º grau Pedro Américo

Diretora: Edna Marlora Burtoso

Supervisora: -

Estagiária: Barbara Maria Fernandes

DATA	HORA		Atividade(s) Realizada(s)	Rubrica Estagiária	Visto da Diretora
	Entrada	Saída			
	13:00 hs	17:00 hs	Aulas práticas em sala de aula. Atividades desenvolvidas coordenação motora, corrida, brincadeiras referente a coordenação motora.	Boa	Abelix
	13:00 hs	17:00 hs	despiste ao aluno na fase de socialização: com conversa, brincadeiras.	Boa	Abelix
	13:00 hs	17:00 hs	aplicações de técnicas para uma melhor integração na turma	Boa	Abelix
	13:00 hs	17:00 hs	Identificar tipos de desenhos, habilidades referente a discriminação audio-visual	Boa	Abelix
	13:00 hs	17:00 hs	-Repetições lentamente a discriminação auditiva e som musical.	Boa	Abelix
	13:00 hs	17:00 hs	Riscar no quadro as correspondências de numerações através de figurinhas.	Boa	Abelix
	13:00 hs	17:00 hs	Entrega de papel para o aluno fazer o rabisco e depois contorna formando desenho.	Boa	Abelix
	13:00 hs	17:00 hs	Reconhecer e diferenciar os objetos através de figurinhas.	Boa	Abelix
	13:00 hs	12:00 hs	contagem de aluno feita por ele mesmo em círculo e o próprio aluno colocar no quadro.	Boa	Abelix

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
 CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E LETRAS  
 CURSO: PEDAGOGIA. PERÍODO: VII  
 DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE SUPERVISÃO ESCOLAR  
 PROFESSOR ORIENTADOR: Elizabeth Galberto Duarte



FICHA CONTROLE DE FREQUÊNCIA DO ESTAGIÁRIO NA UNIDADE ESCOLAR

Escola: Estadual de 1º grau Pedro Américo  
 Diretora: Edna Barbosa Barbosa  
 Supervisora: -  
 Estagiária: Barbara Maria Fernandes

DATA	HORA		Atividade(s) Realizada(s)	Rubrica Estagiária	Visto da Diretora
	Entrada	Saída			
	13:00hs	17:00hs	Atividades que dispute a percepção do aluno como: jogos de Dominó.	Boa	Alex
	13:00hs	17:00hs	Atividades recreativa como: quebra-cabeça, jogos.	Boa	Alex
	13:00hs	17:00hs	desenvolvimento de atividades como histórias e depois desenho feito pela própria criatividade do aluno	Boa	Alex
	13:00hs	17:00hs	Aplicações de brincadeiras com materiais adquiridos pelo aluno	Boa	Alex
	13:00hs	17:00hs	Aulas de dança feita pela própria criança com música do Baloiço mágico.	Boa	Alex
	13:00hs	17:00hs	Habilidades em trabalhos de colagem de papéis de fôrma.	Boa	Alex
	13:00hs	17:00hs	Habilidades em recortes e colagem com figurinhas de revista.	Boa	Alex
	13:00hs	17:00hs	Técnicas com materiais a cores, para diferenciação das mesmas.	Boa	Alex

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
 CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E LETRAS  
 CURSO: PEDAGOGIA. PERÍODO: VII  
 DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE SUPERVISÃO ESCOLAR  
 PROFESSOR ORIENTADOR: Elisabete Galvão Duarte

FICHA CONTROLE DE FREQUÊNCIA DO ESTAGIÁRIO NA UNIDADE ESCOLAR

Escola: Estadual de 1º grau Pedro Álvares Cabral

Diretora: Edna Barbosa Bastos

Supervisora: -

Estagiária: Barbara Maria Fernandes

DATA	HORA		Atividade(s) Realizada(s)	Rubrica Estagiária	Visto da Diretora
	Entrada	Saída			
	13:00 hs	17:00 hs	Atividades com forma conjuntos de brinquedos p/ despertar a quantidade.	Boa	Atlix
	18:00hs	17:00hs	paleta com as crianças sobre a higiene	Boa	Atlix
	13:00hs	17:00hs	conversa informal com as crianças sobre o trânsito.	Boa	Atlix
	13:00hs	17:00hs	aulas de motivação com músicas da Bahia.	Boa	Atlix
	13:00hs	17:00hs	motivação através de jogos no pátio da escola.	Boa	Atlix
	13:00hs	17:00hs	conversa com os alunos para despertar o interesse e gosto a escola.	Boa	Atlix
	13:00hs	17:00hs	Atividade referente a coordenação motora com o lápis e o papel colorido.	Boa	Atlix
	13:00hs	17:00hs	Desenhos criativos e pintura com lápis cores.	Boa	Atlix
	13:00hs	17:00hs	Desenho da família feito pelo próprio aluno.	Boa	Atlix

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
 CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E LETRAS  
 CURSO: PEDAGOGIA. PERÍODO: VII  
 DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE SUPERVISÃO ESCOLAR  
 PROFESSOR ORIENTADOR: Disalete Gilberto Duarte



FICHA CONTROLE DE FREQUÊNCIA DO ESTAGIÁRIO NA UNIDADE ESCOLAR

Escola: Estadual de 1º Grau Pedro Américo  
 Diretora: Edna Barbosa Barbosa  
 Supervisora: \_\_\_\_\_  
 Estagiária: Barbara Maria Fernandes

DATA	HORA		Atividade(s) Realizada(s)	Rubrica Estagiária	Visto da Diretora
	Entrada	Saída			
	13:00hs	17:00hs	Piscar no quadro as cores correspondentes de numerações de um em um aluno.	Bofefernan	Abelir
	13:00hs	17:00hs	Habilidades que ajudarão o aluno a diferenciar objetos da escola.	Bofefernan	Abelir
	13:00hs	17:00hs	técnicas de fixação dos nomes dos colegas.	Bofefernan	Abelir
	13:00hs	17:00hs	técnicas dos lençóis de cores para escolha das cores da bandeira.	Bofefernan	Abelir
	13:00hs	17:00hs	técnica de Bobisco para despertar a atenção das crianças.	Bofefernan	Abelir
	13:00hs	17:00hs	Habilidades com música dos vogais virando.	Bofefernan	Abelir
	13:00hs	17:00hs	coordenação motora através de danças.	Bofefernan	Abelir
	13:00hs	17:00hs	coordenação motora através de ginástica referente o programa da Xuxa.	Bofefernan	Abelir

PAUTA DE REUNIÃO



Escola Estadual de 1º Grau Pedro Américo  
Coordenação professor estagiárias.

- 1 - Assunto: "Educação direito para todos".
- 2 - Objetivos: Mostrar o direito à educação  
Despertar o gosto pela educação.
- 3 - Metodologia: Debates, palestras e leitura
- 4 - Avaliação: A participação foi fundamental pois nas trocas de idéias da plenária conclui-se que a educação não favorece a todos só teoricamente.
- 5 - Participantes:
  - 1 - Estagiárias
  - 2 - Professores
  - 3 - Alunos
  - 4 - Funcionários

Bibliografia:

Revista Mundo Jovem nº 179, março de 1986.  
Apostilas etc.

Cajazeiras, 28 de outubro de 1986.

CONVITE



A Direção da Escola Estadual de 1º Grau Pedro Américo, os professores e alunos desta referida escola convida para participarem de um debate sobre "A Constituinte" que será realizado no dia 10 de novembro às 13:00 horas.

Agradecemos desde já a sua presença.

Estagiárias em Supervisão Escolar.

Cajazeiras, 07 de novembro de 1986.

PAUTA DE REUNIÃO



Escola Estadual de 1º Grau Pedro Américo.

Coordenação: Supervisora estagiária

1 - Participantes: Estagiárias, professores, alunos e funcionários.

2 - Assunto: "A Constituinte"

3 - Objetivos: Mostrar a importância da Constituição no país.

Incentivar o interesse do professor sobre a Constituinte na educação.

4 - Metodologia:

- Leitura
- Discussão da plenária

5 - Avaliação: Verificou-se o comparecimento dos discentes, docentes e funcionários havendo interesse por parte de todos.

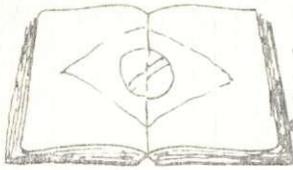
Contudo a palestra foi excelente, os palestrantes conseguiram prender as atenções de todos e captar as mensagens oferecida pelos participantes.

Cajazeiras, 10 de novembro de 1986.

Bibliografia: Mundo Jovem, Porto Alegre, 'Ano XXIV, Nº 179, março 86.  
Apostilas.

# A história das constituições

Lauriello Neumann \*



1824

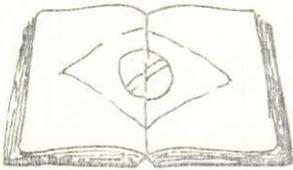
A história nos diz que o Brasil tornou-se independente de Portugal no dia 7 de setembro de 1822. Este fato levou o Brasil a elaborar uma Constituição própria, com leis diferentes das de Portugal, às quais sempre estávamos sujeitos. D. Pedro I convocou, então, eleições para escolher os membros da Assembléia Constituinte. A eleição era indireta e em dois turnos. Todos os brasileiros e portugueses naturalizados podiam votar e ser votados.

Na prática, porém, o voto era censitário, isto é, diferenciava os cidadãos pela posse. Por exemplo: para votar em deputado tinha que comprovar renda anual superior a 100 mil réis, em senador uma renda de 800 mil réis por ano. Este critério excluía a maioria da população do direito ao voto. Participaram da votação apenas 4% da população: os latifundiários e comerciantes.

Devido a conflitos e desentendimentos entre José Bonifácio e D. Pedro I, o imperador, não querendo submeter-se às decisões da constituinte e alegando desordem, resolveu dissolver a Assembléia Constituinte, porque esta não lhe atribuía poderes especiais. Nomeou, então, um grupo de sua confiança para elaborar a Constituição, com participação direta do próprio imperador.

## Algumas características desta Constituição, que representou

a vitória do imperador e do "partido português": 1) Poderes especiais ao imperador, como: dissolver a câmara; baixar decretos; nomear senadores; nomear e demitir ministros de Estado; suspender magistrados; aprovar ou suspender as resoluções dos Conselhos Provinciais; perdoar ou moderar as penas impostas pela justiça; conceder anistia; criar um conselho de Estado com membros vitalícios; convocar, adiar e prorrogar Assembléias Gerais. 2) Criação de quatro poderes: Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador. Este último, com poderes especiais ao imperador. Além disto, esta Constituição garantiu e previu: o direito de propriedade (sem limites); cargos vitalícios aos senadores; liberdade de pensamento e de imprensa; a religião católica como religião oficial do país (ignorando todas as outras crenças); abolição da tortura e dos açoites e igualdade de todos perante a lei.



1891

Em 1890, os militares e a classe média tomaram o poder, acabaram com o Império (viciado e corrupto) e proclamaram a República ficando o Marechal Deodoro da Fonseca com o governo provisório. Com isso mudou o quadro político, econômico e social do país. Isto exigiu uma nova Constituição, adequada à nova realidade.

O Marechal Deodoro da Fonseca nomeou uma comissão de cinco membros (os notáveis da época), todos juristas ou intelectuais da classe média, sob a presidência de Rui Barbosa, para elaborar um anteprojeto constitucional, como ponto de partida para os debates da

Assembléia Nacional Constituinte, convocada para dezembro de 1890. As eleições para esta constituinte só aconteceram no dia 15 de setembro de 1890. Enquanto isso, o Marechal Deodoro da Fonseca baixou um decreto colocando em vigor o anteprojeto dos cinco notáveis como Constituição Provisória, a qual acabou sendo, mais tarde (1891), a Constituição definitiva.

Neste processo constituinte a maioria da população (97%) ficou fora da escolha dos deputados constituintes. Estavam proibidos de votar as mulheres, os analfabetos, os soldados, os religiosos, os índios, os mendigos e os menores de 21 anos. O voto não era secreto. Por isso é possível imaginar como os "coronéis" da terra e os "barões" do café organizaram as campanhas e controlaram a boca da urna, através do chamado "voto de cabresto" ou "voto de curral". E como o povo não podia participar da eleição, os latifundiários, os comerciantes, os empresários e os oficiais militares se encarregavam de eleger os deputados constituintes do seu interesse. O detalhe maior é que esta Constituição entrou na história como sendo uma Constituição Promulgada, isto é, popular e democrática, fruto de uma Assembléia Nacional Constituinte.

## Algumas características desta Constituição:

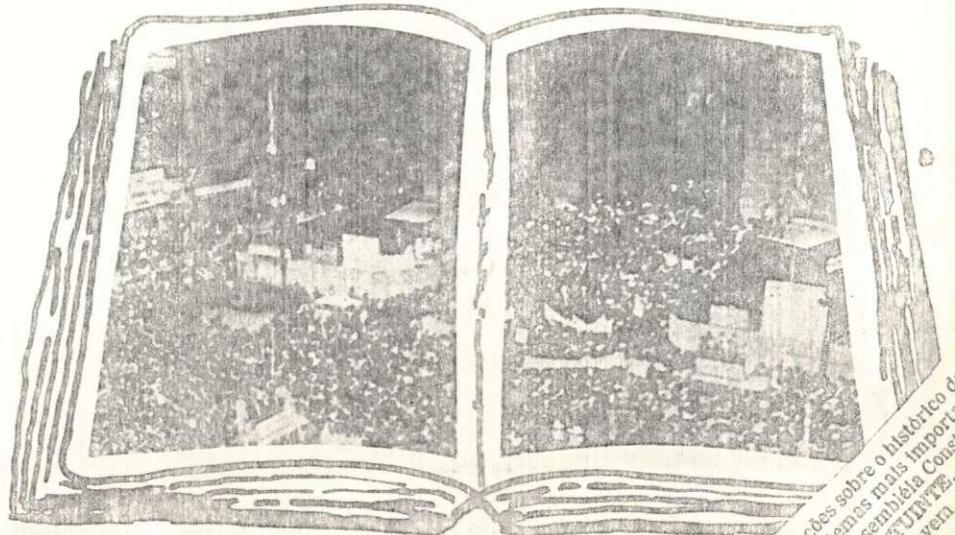
O país foi transformado numa federação, dividido em 20 Estados e governado por um sistema presidencialista; o presidente é eleito pelo voto direto, menos o primeiro, que foi escolhido pela Assembléia Nacional Constituinte, com mandato de quatro anos, sem direito de reeleição; acabou o voto censitário. Com isto todo cidadão pôde votar e ser votado sem restrições de renda; as mulheres, os analfabetos, soldados, religiosos, índios e mendigos e menores de 21 anos continuavam sem o direito de votar e ser votado; o mandato dos deputados foi fixado em três e o dos senadores em nove anos; direito absoluto à propriedade; foi criado o Supremo Tribunal Federal; a religião católica deixou de ser a religião oficial e o ensino público passou a ser não religioso; os Estados têm autonomia para fazer suas próprias leis, eleger seus governadores, fazer empréstimos no exterior, decretar impostos e ter à sua disposição as forças militares para a segurança; o presidente da república tem to-

dos os poderes para intervir nos Estados em caso de movimento de separação (independência dos Estados), conflitos entre Estado e invasão estrangeira. Além disso, pode vetar projetos de lei, nomear ministros, juizes e embaixadores; direito de reunião, liberdade de pensamento, imprensa sem censura, sigilo de correspondência e "habeas corpus" (que permite apenas ao juiz relaxar o pedido de prisão de uma pessoa, quando não for flagrante).

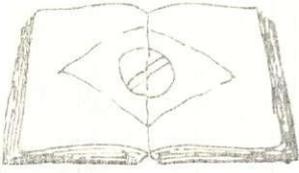
Como vimos, esta Constituição acabou com o Império e o poder absoluto e autoritário dos imperadores. Introduziu a República com o poder presidencialista. Teoricamente, uma grande mudança. Na prática, pouco ou quase nada mudou, pois disfarçadamente uma outra oligarquia, isto é, um outro grupo de burgueses latifundiários, comerciantes, empresários e oficiais militares se instalaram no poder e começaram a mandar. E o povo da República continuou sendo o mesmo povo espectador, marginalizado e sacrificado do Império, com seus movimentos reprimidos e canais de organização destruídos.

Esta Constituição de 1891 é um exemplo claro disso, assim como os trabalhadores não participaram da escolha dos constituintes, da mesma forma os trabalhadores foram esquecidos na Constituição. Haja vista que a Constituição não se refere aos direitos sociais dos trabalhadores.

O início do século se caracterizou por um acelerado crescimento industrial nos grandes centros urbanos. Como consequência, aumentava rápida e desordenadamente a população urbana com todos os seus problemas sociais e sanitários. Se agravaram os movimentos de rebeldia, exigindo reformas econômicas e sociais. Surgiram as greves, inclusive a primeira greve geral do país (1917), reivindicando melhores condições de trabalho e melhores salários, que há 10 anos não eram reajustados. Paralisaram as fábricas, os moinhos, as ferrovias e os bondes. Houve saques a armazéns, padarias e caminhões, à procura de alimentos. Inclusive já se falava em derrubar o sistema capitalista e implantar o socialismo. O movimento dos trabalhadores foi violentamente reprimido e tratado como "caso de polícia", pois no entender das autoridades, estava provocando a desordem social.



Maiores informações sobre o histórico das constituições e alguns temas mais importantes tratados pela Assembléia Constituinte e o livro: CONSTITUIÇÃO E O Povo. Editora Mundo Jovem. P.



1934

Como consequência da industrialização, cresceu a organização da classe operária, mas também cresceu a força dos patrões das fábricas que, aos poucos, abalaram o domínio dos coronéis do campo.

Os industriais, com seu discurso bonito, conseguiram conversar os operários que apoiaram a rebelião que se chamou "Revolução de 30", através da qual a burguesia industrial tirou o poder das mãos da oligarquia rural. Em outras palavras, a cidade derrotou o campo.

Getúlio Vargas, representando os interesses da indústria e do comércio, assumiu provisoriamente o poder. Este, imediatamente, fechou o Congresso e terminou com os partidos políticos. Em lugar deles, nomeou conselheiros técnicos que passaram a responder pelos diversos ramos da economia. Em todos os Estados foram nomeados interventores federais.

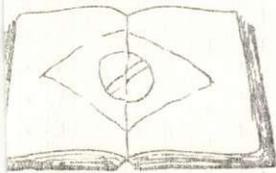
Em maio de 1933, Getúlio Vargas convocou eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Apesar do voto ser secreto, o resultado das eleições mostrou a força do poder econômico: "dos 254 deputados constituintes eleitos, 214 representavam os interesses dos industriais, comerciantes, proprietários de terra, e, em pequena escala, o movimento tenentista. A novidade foi a participação de 40 deputados eleitos por sindicatos e associações de trabalhadores" (A Constituição e os Trabalhadores, Diógenes, Educação Sindical I, 25).

A maioria destes deputados eram mineiros, paulistas, baianos e gaúchos conservadores, e reforçaram o poder de Getúlio Vargas, afirmando o presidente da República após a conclusão dos trabalhos da Constituinte, em 1934.

#### Algumas características desta Constituição.

Dois pontos marcaram esta constituição: a organização da expansão industrial e a organização social através dos benefícios sociais concedidos aos trabalhadores: 1) quanto à industrialização: direito do governo de estatizar as indústrias por motivos de interesse público; nacionalização progressiva dos bancos e empresas de seguro; controle nacional sobre as fontes energéticas e empresas de exploração mineral. 2) quanto à organização social: o salário mínimo capaz de satisfazer as necessidades básicas dos trabalhadores, segundo as condições de cada região; jornada diária de oito horas de trabalho; trabalho remunerado; férias remuneradas; indenização ao ser despedido do trabalho sem justa causa; reconhecimento dos sindicatos e associações profissionais; justiça do trabalho e justiça eleitoral; proibição da diferença de salário para o mesmo trabalho; assistência médica, dentária e previdência social e garantia de estabilidade de emprego.

Indiscutivelmente, esta Constituição, de caráter bastante liberal, assegurou uma série de direitos sociais aos trabalhadores, antes desprezados. Porém, contraditoriamente, proíbe a livre e autônoma organização dos trabalhadores através de sindicatos e associações.



1937

regime social democrata implantado no

Brasil com a Constituição de 1934 não encontrou ambiente favorável para se manter por muito tempo. Com o crescimento da organização dos trabalhadores, os privilégios da burguesia começaram a estremecer. Com o golpe de Estado (1937), Vargas instala definitivamente a ditadura no país, ou, como disfarçadamente foi chamado, o Estado Novo.

Sem consultar o povo, nem o Congresso e os partidos políticos e sem convocar uma Assembleia Constituinte, Vargas, autoritariamente, nomeou uma única pessoa, o jurista Francisco Campos, para fazer a nova Constituição, inspirando-se na Constituição da Polônia (antes desta ser integrada no bloco socialista), bem fascista, que passou a chamar-se "polaca". Esta Constituição foi decretada no dia 10 de novembro de 1937.

#### Algumas características desta Constituição:

o Estado se auto-intitula de bem comum de todos os cidadãos; o poder Executivo passa a ter poderes sobre o Legislativo e o Judiciário; o presidente tem poder de legislar por decretos-leis; rígida censura à imprensa, ao cinema e ao rádio; pena de morte para os crimes contra o Estado; os sindicatos passaram a ser controlados pelo Estado; as greves foram proibidas; para os trabalhadores foi mantido o salário mínimo, a previdência social e a jornada de oito horas de trabalho.

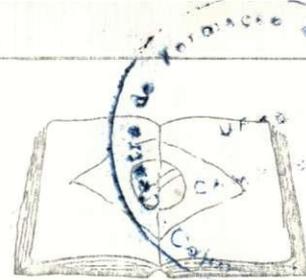


1946

As forças armadas, apoiadas pelos defensores da iniciativa privada, como os fazendeiros, empresários e comerciantes, derrubaram Getúlio Vargas do poder no dia 29 de outubro de 1945. O ministro José Linhares, do Supremo Tribunal Federal, assumiu provisoriamente o poder e convocou eleições para a presidência da República, o Congresso e a Assembleia Constituinte, no dia 2 de dezembro de 1945. Foram eleitos 320 deputados e senadores constituintes, a grande maioria vindos dos quadros burgueses, da classe dominante. Esta Constituição inevitavelmente seria mais favorável ao capital do que ao trabalho.

#### Algumas características desta Constituição:

manutenção do regime Republicano Federativo presidencial; autonomia dos três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário; limitação da autonomia e do poder dos Estados e municípios, e centralização do poder e das decisões no governo federal; eleições diretas para todos os cargos; voto secreto e universal, mas sem a participação dos analfabetos, soldados, religiosos, índios e mendigos; preservação da estrutura da propriedade da terra; estabilidade de emprego e assistência aos desempregados; salário mínimo e salário igual para trabalhos iguais; participação nos lucros das empresas (que não foi regulamentado); direito a greve (com os sindicatos amarrados e controlados pelo Estado); educação como direito de todos; ensino primário obrigatório e gratuito; ensino gratuito para todos os outros níveis quando comprovada insuficiência de recursos.



1967

Apesar das dificuldades e do controle, as organizações reivindicativas dos movimentos populares e sindical encontram eco no presidente João Goulart, que assumiu em 1961, com a renúncia de Jânio Quadros. Os militares que viam nos movimentos populares e sindical intenções comunistas que poderiam abalar a estrutura de poder e do capital, aproveitaram a situação para aplicar o golpe de Estado, no dia 31 de março de 1964. O General Castelo Branco assumiu o poder em nome das Forças Armadas. O "Comando Supremo da Revolução" baixou o Ato Institucional nº 1, que, entre outras medidas, fechou o Congresso e atribuiu aos militares o poder de fazer uma nova Constituição. Por isso, em 1966, o general Castelo Branco encomendou ao ministro da justiça, Carlos Medeiros Silva, uma nova Constituição.

#### Algumas características desta Constituição.

O Comando Supremo da Revolução não precisa submeter-se à justiça comum; os Tribunais militares têm direitos de julgar os civis; atribui ao Executivo o poder de legislar por decretos-leis; estabelece eleições indiretas para Presidente da República; foi mantido o "habeas corpus" e o mandato de segurança; foi extinto o direito de greve e a liberdade partidária; os sindicatos continuaram atrelados ao Estado.

Após Castelo Branco, assumiu o poder o General Costa e Silva que decretou o Ato Institucional nº 5 (13/12/68), que instalou o terrorismo de Estado no Brasil. Em 1969, com a morte de Costa e Silva, aconteceu um novo golpe dentro do golpe, pois os militares impediram que o vice-presidente, Pedro Aleixo, que era civil, assumisse o poder. As Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) tomaram o poder e, em 17 de outubro de 1969, decretaram a Emenda Constitucional nº 1, através da qual juntaram todos os Atos Institucionais à Constituição de 1967. Na prática estava-se decretando uma nova Constituição que oficializou o arbítrio do regime militar no Brasil.

A discussão sobre a constituinte já começou em 1977, quando a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) liderou o movimento em favor do ordenamento jurídico-institucional do país. Porém, no governo do presidente João Batista Figueiredo (1979/85) surgiram outras questões, como a reformulação partidária em 1978, a lei da anistia restrita para os presos políticos em 1979, as greves dos metalúrgicos do ABC paulista em 1980, a mudança da lei da Segurança Nacional, as eleições diretas para governadores em 1982, a campanha nacional pelas eleições diretas em 1984. Com isto, a questão da constituinte foi um tanto desviada, abafada e deixada em segundo plano. O movimento ressurgiu com todo o vigor em fins de 84 e 85 através do programa eleitoral de Tancredo Neves que prometia a Constituinte para legislar a Nova República.

Com a aprovação da Emenda constitucional pelo congresso, a Assembleia Nacional Constituinte se reunirá no dia 1º de fevereiro de 1987, com constituintes eleitos em 15 de novembro de 1986.

\* Laurício Neumann é professor das disciplinas de Estudo de Problemas Brasileiros, na PUCRS, e Humanismo e Tecnologia, na UNISINOS, São Leopoldo, RS.

DEBATE



TEMA: Higiene

LOCAL: Escola Estadual de 1º Grau Pedro Américo.

DATA: 18 de novembro de 1986.

HORA: 15:00 hs.

PAUTA

- 1 - Objetivo do debate
  - Discutir sobre higiene
  
- 2 - Metodologia
  - Conversando informalmente
  - Explicação sobre a importância da higiene no corpo, nos alimentos, na água, na casa etc.
  - Explicação sobre as doenças que a falta de higiene acarreta.

AValiação

- O debate movimentou muito a turma onde gerou um clima de interesse e participação através de perguntas pertinentes ao assunto.

Estagiária: Bárbara Maria Fernandes (Supervisão Escolar).

Cajazeiras, 18 de novembro de 1986.



ANEXO 03

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
ESTÁGIO SUPERVISIONADO



Como aluno esperamos suas contribuições ao responder este Questionário, para subsidiar o desenvolvimento do nosso trabalho.

PERGUNTAS

- 1ª) Você estudante, diante do Professor como se sente?
- 2ª) A leitura está sendo um fator principal na escola? porque?
- 3ª) A falta de uma Biblioteca em sua escola impede seu conhecimento a leitura? porque?
- 4ª) No seu ponto de vista existe autoritarismo na sua escola?
- 5ª) Como está sendo a sua aprendizagem até o momento?

Boa Sorte

↙

Respostas do questionário aplicado aos alunos da escola Pedro Américo.

Fiz uma aglomeração destas atividades aplicada em sala de aula, em suma obtive:

- 1 - Que o relacionamento de aluno X professor é bom, e que o aluno continua com a mesma visão que o professor é o melhor.
- 2 - Ficou claro que a leitura é o fator principal dentro da escola.
- 3 - Com a biblioteca as condições seriam melhores no sentido de conhecer outros livros a não ser a cartilha, e habituarem - se à leitura.
- 4 - Existe, pois deveria haver mais espaço ' aos alunos, para podermos participar sem distinção professor X aluno.
- 5 - O nível aprendizagem está atendendo ao alunado.

Lista de Ingressantes

Adalgiza Rolim Felix

Julia Fernandes Lacerda

Terezinha Castro Andriola

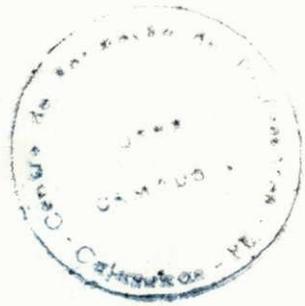
Dalva de Oliveira

Beça Rolim de Lima

Rosana Maria Zeffeno Oliveira

Maria Alcione Lima Moreira

Froncina Gonalves Lima



✓

BIBLIOGRAFIA

Revista Mundo Jovem

Porto Alegre, Ano XXIV, nº 179, março de 1986.

MORAES, Vinicius de

A Arca de Noé 6ª ed. Rio de Janeiro, José Olimpio  
1980.

KELLY, Celso Otávio do P.

Escola nova para um tempo novo. Rio de Janeiro, José  
Olimpio 1973.

MOSQUERA, Juan

O professor como pessoa. Porto Alegre R. S., ed.1978.

Isto é 1ª Série

Documento I março 1984.